

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de dezembro de 2025 às 07h55
Seleção de Notícias

O Natal é público? Clássicos natalinos, domínio público e os limites do uso livre



Todo ano, quando chega dezembro, surge uma sensação recorrente: a impressão de que tudo no repertório natalino é automaticamente livre de **direitos** autorais. Afinal, são músicas tradicionais presentes em corais, comerciais, filmes e playlists desde sempre. Mas, juridicamente, esse cenário é bem mais intrincado do que parece.

Essa sensação de uso irrestrito está ligada ao instituto do domínio público no **direito** autoral. De forma simples, domínio público é quando os direitos patrimoniais de uma obra deixam de pertencer ao autor ou aos seus herdeiros, permitindo que qualquer pessoa utilize aquela criação sem necessidade de autorização ou pagamento. Isso não significa que a obra "não tem mais dono", mas sim que passa a integrar um patrimônio cultural comum, disponível para novas interpretações, edições e criações derivadas.

No Brasil, esse prazo se encerra 70 anos após a morte do autor, sempre contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte (art. 41 da LDA). Por isso, canções como Noite Feliz, composta em 1818, estão livres há muito tempo. Qualquer pessoa pode cantá-la, rearranjá-la ou incluí-la em um espetáculo.

No entanto, o ingresso no domínio público não extingue os direitos morais, que são imprescritíveis. A autoria deve ser sempre indicada e a integridade da obra preservada. Tanto que o art. 24, § 2º da LDA determina que o próprio Estado deve zelar pela in-

tegridade de obras já caídas em domínio público.

A principal fonte de confusão, porém, está em um detalhe jurídico frequentemente incompreendido: a diferença entre a obra musical e a gravação específica.

Mesmo que Jingle Bells seja domínio público, a versão cantada por um artista contemporâneo permanece protegida. Fonogramas têm seu próprio prazo de proteção, vinculado aos chamados direitos conexos, que duram até 70 anos após a primeira publicação (art. 96 da LDA). Isso significa que a melodia pode ser livre, mas a gravação moderna continua protegida por décadas.

Outro ponto relevante diz respeito às obras com coautoria. Quando há mais de um autor, e a obra é indivisível, o prazo de proteção só começa após a morte do último coautor sobrevivente (art. 42 da LDA). Muitos clássicos natalinos passaram por arranjos posteriores, revisões ou adaptações - o que pode manter certos elementos protegidos, mesmo quando a composição original já está livre.

Ao final, a mensagem é simples: o Natal pode até ser uma época de tradições compartilhadas, mas isso não transforma automaticamente todas as suas músicas em bens de uso livre. Por isso, antes de usar uma canção natalina em campanhas, espetáculos, vídeos institucionais ou eventos culturais, vale sempre a reflexão: estamos lidando com uma obra realmente em domínio público ou com uma gravação, arranjo ou versão que ainda está protegida? Essa checagem simples evita riscos jurídicos e garante que o uso das músicas seja feito de forma segura e adequada.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3